

A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO PARA AS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE GOIÁS

Sheila Dias Alves¹
Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a proposta de avaliação da aprendizagem elaborada pela rede estadual de ensino do estado de Goiás, sistematizado pelas equipes pedagógicas das Subsecretarias Regionais da Educação do estado e consolidado pelo Núcleo de Orientação Pedagógica, destacando a concepção de avaliação adotada nesse documento, bem como os instrumentos elencados para a avaliação. Para isso, assumindo a avaliação formativa como a que condiz com uma educação emancipatória e fundada em princípios de justiça e qualidade social, realizou-se, primeiramente, um levantamento teórico sobre a avaliação formativa, considerando conceitos, aplicação e importância desta prática, que torna-se desafiadora no atual contexto escolar, buscando contribuir com o desenvolvimento do aluno, sendo suporte e contribuindo para a construção do conhecimento. Fez-se em seguida uma descrição do documento que orienta o processo avaliativo da rede estadual de ensino e textos que o motivam, esclarecendo quais são os pontos que atendem à concepção fundamentada da avaliação formativa e o que precisaria alterar para que as ações fossem aperfeiçoadas e a avaliação na escola se tornasse mais justa e emancipadora, não classificatória e seletiva. Por fim, são feitas considerações a partir da análise e descrição do documento em questão, abordando os resultados observados sobre a compreensão dos participantes envolvidos na construção da proposta sobre concepção de avaliação formativa, assim como os equívocos apresentados por ela, remetendo-nos a um ponto de reflexão sobre a divergência apresentada, não desmerecendo a exposta preocupação quanto à necessidade de se repensar as práticas de avaliação e o acompanhamento efetivo de todo o processo avaliativo.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Avaliação formativa. Rede estadual de ensino.

Introdução

A avaliação da aprendizagem escolar é uma tarefa difícil, complexa e polêmica, cujos desafios se estendem a todos os níveis da educação. Praticar uma avaliação que realize de forma justa e eficaz os objetivos da aprendizagem e que auxilie os avanços do educando em todo o seu processo tem sido uma preocupação de profissionais que pensam e trabalham com

¹ Licenciada em Matemática e mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás, Câmpus Jataí.

² Doutora em Educação e professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do Instituto Federal de Goiás, Câmpus Jataí.

o ensino nas escolas, na busca pelo estabelecimento de parâmetros que diagnostiquem e solucionem possíveis falhas no processo educacional.

Reconhece-se que escola precisa garantir a formação do indivíduo, com desenvolvimento de todas as suas potencialidades, favorecendo-lhe a construção da autonomia para poder resolver com bom êxito as situações e os problemas que aparecerem ao longo de sua vida. Isso depende, em grande parte, do trabalho pedagógico realizado pelo professor, que compreende, entre outras ações, a da avaliação da aprendizagem. Essa, na maioria das vezes, na prática, tem-se materializado como instrumento de verificação, seleção e qualificação, restringindo-se aos resultados quantitativos e servindo apenas para ratificar os resultados obtidos ao final do processo.

Um valor numérico é atribuído ao rendimento do aluno sem, muitas vezes, reavaliar todos os entraves que justifique seu desempenho. A prova ainda é o forte instrumento de medição e muitas vezes de punição, ficando assim todo o processo sem ser questionado e reorientado. Por consequência, crianças e jovens, ano após ano, experimentam a frustração, o desânimo, o abandono escolar e mesmo a exclusão social.

Por isso faz-se necessário pensar em mudanças significativas e consistentes na prática da avaliação. Porém, pensar apenas na prática é insuficiente; é fundamental revisitar a teoria para clarificar os conceitos sobre quais práticas devem ser desenvolvidas. Ou seja, para que haja mudança, o significado de avaliação deve estar claro para o professor.

Existe hoje um esforço para que mudanças da prática docente em sala de aula venham acompanhadas de mudanças também no processo de avaliação. Mas, para isso, a prática pedagógica e escolar precisa dar espaço a outro tipo de avaliação, que esteja a serviço do aluno e não simplesmente da escola.

Preocupados com a avaliação da aprendizagem escolar e os resultados obtidos por ela, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás promoveu uma discussão na rede estadual de ensino e elaborou uma proposta de avaliação, intitulada “Proposta de Avaliação Formativa”, tomando como base a LDBEN – Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. As Equipes Pedagógicas das Subsecretarias Regionais de Educação e o Núcleo de Orientação Pedagógica recolheram e sistematizaram informações a partir das quais elaboraram um documento que normatiza o trabalho da avaliação da rede estadual de ensino, propondo critérios e parâmetros a serem adotados pelas unidades escolares da rede e devidamente estabelecidos em seus projetos pedagógicos.

A Avaliação Formativa considera a forma como o aluno aprende. Leva-se em conta todo o processo de *ensinagem* para que o resultado seja mais satisfatório. A ensinagem é um

conceito elaborado por Pimenta e Anastasiou (2002, p. 208) para explicitar a relação dialética entre ensino e aprendizagem, em que o ensino se configura como “atividade do professor e do aluno acentuado na atividade do primeiro”, e a aprendizagem como “atividade do professor e do aluno, acentuada na atividade do segundo”. Essa unidade é “caracterizada pelo papel condutor do professor e pela auto-atividade do aluno”, em que o ensino – pela ação do professor – tem o papel de colocar frente a frente alunos e conteúdos, a fim de que, pela ação dos alunos, estes apreendam os conhecimentos. A forma mais adequada de avaliação da aprendizagem, coerente com a concepção de ensinagem, é a avaliação formativa, pois essa forma de avaliar está diretamente ligada à aprendizagem significativa que, por sua vez, favorece o desenvolvimento daquele que aprende. A avaliação deixa de ser mensuração e aferição de resultados para ser avaliação da experiência do processo de ensinagem em desenvolvimento, com vistas a reorientar a prática.

Observado a importância da avaliação no processo de aprendizagem e como a avaliação formativa caracteriza todo o trabalho pedagógico, o objetivo deste artigo é analisar como a avaliação foi proposta no referido documento e quais concepções sobre a avaliação explícita. Na primeira parte do texto, apresenta-se a concepção de avaliação formativa explicitada na teoria educacional. Na segunda parte, analisa-se o documento, buscando destacar dele a concepção de avaliação explícita.

Conceituando a *avaliação formativa*

A palavra avaliação pode assumir diferentes sentidos, em conformidade com diversos campos do conhecimento e perspectiva adotada. No dicionário Aurélio, o termo pode referir-se ao processo de “determinar valor por peritos ou avaliadores”, o que se reduz a mensurar o que se está avaliando. No campo da educação, numa perspectiva tradicional, a avaliação é compreendida como instrumento de controle, restringindo-se à aplicação de provas, com atribuição de notas, servindo para a classificação dos alunos. Numa perspectiva crítica, a avaliação é:

Uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade

do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar. (LIBÂNEO, 1994, p.195)

Assumindo uma perspectiva crítica, a avaliação da aprendizagem é um instrumento do processo pedagógico que serve para investigar a qualidade do ensino, garantir o sucesso do aluno e favorecer aprendizagens significativas.

No atual contexto educacional, ainda permanece a prática de se utilizar a avaliação para averiguar a memorização na reprodução de informações. Essa prática não considera o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva do aluno. Hoffman (2000, p. 14), observando a prática escolar da avaliação, pontua:

Percebo, em contato com os professores, que o “fenômeno avaliação” é hoje um fenômeno indefinido. Professores e alunos que usam o termo atribuem-lhe diferentes significados, relacionados, principalmente, aos elementos constituintes da prática avaliativa tradicional: prova, nota, conceito, boletim, recuperação, reprovação. (HOFFMANN, 2000, p14).

Esses elementos mencionados por Hoffman evidenciam a distância que se está de uma avaliação que considere o processo como um todo: a forma individual de aprender, os tempos da aprendizagem, os sujeitos envolvidos, as condições concretas da aprendizagem. Segundo Luckesi, é necessário investir no processo e não no produto.

O *processo* compõe-se do conjunto de procedimentos que adotamos para chegar ao resultado mais satisfatório; o que nos motiva, no caso, é a obtenção do melhor resultado. *Produto*, por sua vez, significa o resultado final ao qual chegamos e, na escola, infelizmente, admitimos que ele é o suficiente do “jeito que ele se manifesta”. (LUCKESI, 2005, p63).

De acordo com Charles Hadji (200, p. 20), a avaliação deve se fundamentar no processo educativo, mais especificamente no da aprendizagem, em todas as dimensões aí implicadas: cognitivas, afetivas, relacionais, visando sempre ao êxito da aprendizagem. Para o autor, a avaliação torna-se formativa “na medida em que se inscreve em um projeto educativo específico, o de favorecer o desenvolvimento daquele que aprende, deixando de lado qualquer outra preocupação”. Esse também é o entendimento de Hoffman (2008, p. 3), ao afirmar que “a avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar”, e que seu enfoque tem um princípio fundamental:

deve-se avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no mesmo processo de ensino-aprendizagem. Somente neste contexto é possível falar em avaliação inicial (avaliar para conhecer melhor o aluno e ensinar melhor) e avaliação final (avaliar ao finalizar um determinado processo didático). Se a avaliação contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, pode-se dizer que ela se converte em uma ferramenta pedagógica, em um elemento que melhora a aprendizagem do aluno e a qualidade do ensino. Este é para mim, o sentido definitivo de um processo de avaliação formativa.

A avaliação é, desse modo, formativa, pois favorece o rever a experiência pedagógica para atualizá-la, para mudar estratégias de ensino e de aprendizagem, para saltar do não aprendido para o aprendido. O sentido e a finalidade da avaliação formativa têm um caráter contínuo e integrado ao trabalho diário do professor. O ato de ensinar, aprender e avaliar precisa estar continuamente interligados. A forma como se ensina, a metodologia e os critérios utilizados em todo processo influenciam de forma determinante na aprendizagem. A avaliação, quando feita visando à aprendizagem exitosa do aluno, pode mudar os rumos dos resultados.

Ao se avaliar, numa perspectiva formativa, os resultados precisam ser relativizados diante das condições cognitivas, afetivas, relacionais de cada aluno, de forma individual. Isso implica avaliar o conhecimento adquirido com justiça, sabendo que não se deve cobrar mais do que se pode oferecer. As comparações entre um e outro aluno devem ser combatidas, pois isso só gera uma competição nefasta. A avaliação formativa, ao contrário, busca acompanhar o avanço do aluno desde o início até o final do processo, e ensina-o a reconhecer suas dificuldades e limitações. Portanto, é importante e necessário que a avaliação considere a aprendizagem como um todo e não apenas os resultados.

Entre os entraves e obstáculos para a prática da avaliação formativa estão atitudes dos professores e as condições concretas de seu trabalho. A indiferença do professor diante das adversidades em turmas heterogêneas, nas quais os ritmos e a capacidade de compreensão do saber variam de forma muito grande, atrapalha e, muitas vezes, inviabiliza o sucesso do trabalho pedagógico, deixando de garantir a aprendizagem do aluno. Além disso, as condições oferecidas aos professores são, em sua grande maioria, obstáculos intransponíveis para a mudança de práticas educativas, entre elas a avaliação. A avaliação formativa encontra nas salas numerosas e no trabalho solitário do professor um grande entrave para sua materialização.

À margem desses obstáculos, apenas considerando a função mediadora da avaliação formativa, a Secretaria de Estado de Educação apresenta uma proposta de avaliação discutida

pelas equipes pedagógicas em todo o estado, para ser adotada pela rede estadual e conveniada. O documento que resultou dessa discussão foi a Resolução CEE n. 023, de 15 de março de 2005, que “estabelece critérios e parâmetros para avaliação da aprendizagem escolar, no âmbito da Educação Básica do Sistema Educativo do Estado de Goiás, e dá outras providências”. Questiona-se, então, se as recomendações e normas apresentadas no documento correspondem à concepção de avaliação formativa aqui fundamentada e anunciada no título do documento.

A proposta de avaliação para as escolas da rede estadual de ensino

O documento foi elaborado por professores sob a condução da Secretaria e do Núcleo de Orientação Pedagógica e traz como objetivo primordial o cumprimento destas leis que regem a educação no estado. Inicialmente aponta algumas considerações sobre a forma de realização do processo avaliativo, prevendo a garantia do avanço do aluno. Em seu Art. 2º afirma:

A avaliação de que trata o artigo 1º tem por objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, consoante preceituam os artigos 205, da Constituição Federal, 2º, da Lei N. 9.394/96 e 2º, da Lei Complementar Estadual N. 26/98. (ESTADO DE GOIÁS, 2005).

Apresenta uma fundamentação exclusivamente na LDBEN. Essa, em seu Artigo nº 24, aborda a verificação do rendimento escolar e recomenda como critérios a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Destaca também, a avaliação da aprendizagem como sendo diagnosticadora, formadora e emancipadora, reforçando a proposta de ser contínua e cumulativa, como se pode ver em seu Art. 3º:

A avaliação da aprendizagem escolar, nos termos desta Resolução, orienta-se por processo diagnosticador, formador e emancipador, devendo realizar-se contínua e cumulativamente, e com absoluta prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos formativos sobre os informativos, visando a atender ao disposto no artigo 2º, desta Resolução. (ESTADO DE GOIÁS, 2005).

A proposta aborda o processo avaliativo, propondo uma nova forma de avaliar, que acompanhe a aprendizagem dos educandos, de forma contínua, utilizando vários instrumentos

de avaliação, com análise dos resultados obtidos e realização de possíveis intervenções para que possa ocorrer a recuperação, quando os resultados forem insatisfatórios. A Resolução, em seu Art. 4º prevê que o processo de avaliação da aprendizagem considere

[...] a efetiva presença e a participação do aluno nas atividades escolares, sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de tomar iniciativa, de criar e de apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à sua idade e série, visando à aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e interpretar, de atitudes e de valores indispensáveis ao pleno exercício da cidadania. (ESTADO DE GOIÁS, 2005).

No documento, enfatiza-se que a prova não deva ser o único instrumento de avaliação, mas apenas mais um entre vários outros. Avaliação contínua é um termo bastante utilizado e destacado seu valor. Sobre a assiduidade e a participação do aluno, consideram-se como elementos importantes do processo de ensino-aprendizagem, mas que não se avaliam, com base no entendimento de que são comportamentos atitudinais, por isso imensuráveis.

De acordo com a proposta, a avaliação deve identificar as aprendizagens mal sucedidas e permitir que esses resultados sejam questionados pelas partes responsáveis para que medidas sejam tomadas sem prejuízo das aulas.

A avaliação formativa deve ser capaz de identificar os alunos que apresentem aprendizagens insatisfatórias e cabe ao professor, juntamente com o coordenador pedagógico da Unidade Educacional, analisar tais resultados para identificar o real motivo da dificuldade do aluno. “Ele não está se esforçando o suficiente?” “Falta explicação?” “Esse aluno precisa de mais atividades?” “O professor deve lançar mão de outro instrumento ou de outras metodologias?” “O problema está na base do aluno?” (PROPOSTA..., 2011, p.3).

Uma forma de identificar esses resultados é através da avaliação diagnóstica. Essa é uma avaliação externa, elaborada pela Superintendência de Inteligência Pedagógica e Formação do Núcleo da Escola de Formação da Secretaria de Estado da Educação, que abrange aos componentes curriculares Língua Portuguesa, Matemática e Ciência. É composta por questões objetivas e produção de texto. Tem como objetivo identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos, considerando o desempenho em cada descritor, que compreende no comportamento a ser desenvolvido pelo aluno a fim de alcançar os objetivos nos desenvolvimentos das expectativas de aprendizagem que estão diretamente ligadas ao Currículo Referência da rede.

A avaliação diagnóstica nos auxilia a identificar essas especificidades no aprendizado de cada sujeito, e a partir dos resultados pode-se tomar providências preventivas (no início do ano), tais quais: reenturmação 1, nivelamento 2, aulas de reforço 3, motivação, incentivo à leitura, entre outras ações. Já durante o ano letivo, o acompanhamento individual do aluno, sem prejuízo para as aulas (ou seja, o aluno não deve ser retirado de sala para acompanhamento), é a melhor maneira de garantir aprendizagens significativas. (PROPOSTA..., 2011, p.3).

Com a intenção de avaliar todo o processo, considerando as diversas habilidades apresentadas pelos os alunos, propõe-se uma lista de instrumentos avaliativos, tendo cada um seu objetivo específico e critérios, de forma que possam ser atendidas as especificidades e diversidades do grupo avaliado. Destacam-se a prova objetiva e dissertativa, seminários e exposições, debates e autoavaliação.

Entre as metodologias apresentadas no documento para o desenvolvimento desse processo de avaliação estão a importância de se deixar claro o objetivo de cada aula, bem como seu registro (diário de bordo), como se pode ler no documento:

[...] deve-se deixar claro para os alunos qual o objetivo de cada uma das aulas, para que se possa estabelecer precisamente quais os critérios da avaliação subsequente e, também, para que o aluno seja capaz de se auto avaliar, sabendo precisamente quais pontos ele deveria ter alcançado, bem como explicar sobre os motivos que acarretaram em uma aprendizagem insatisfatória. Aliás, apontar precisamente o que é ensinado, e o que se espera que o aluno aprenda, deve se tornar rotina, inclusive documentada no Diário de Bordo 4, pois, com esse procedimento, o professor, aluno e o coordenador pedagógico serão capazes de analisar precisamente o desempenho obtido/esperado. (PROPOSTA..., 2011, p.5).

Uma das finalidades de se clarificarem os objetivos da avaliação para os alunos é para que possam ter condições de se autoavaliar, sabendo de antemão quais metas deverão alcançar. Um recurso importante sugerido nesse contexto é o Diário de Bordo, como se viu, que nada mais é do que um caderno onde se registram os objetivos de cada aula, as atividades desenvolvidas na sala e em casa e a avaliação feita pelos representantes das turmas.

Além dessas, o estabelecimento de critérios de avaliação contínua e cumulativa, privilegiando fatores qualitativos; a adoção de planilha de avaliação para registro dos resultados, diversificação dos instrumentos de avaliação; a análise dos resultados e recuperação.

A planilha de avaliação servirá para sistematização das informações, possibilitando a inserção de diferentes instrumentos de avaliação que apresentem dados desse processo. Conforme o documento,

Uma planilha de avaliação pode ser usada para consolidar os resultados obtidos pelos educandos nos instrumentos avaliativos implementados, o objetivo é que a cada conteúdo trabalhado, seja procedido de avaliação/mensuração. Dessa forma, sugere-se estabelecer uma diversidade de instrumentos avaliativos, de modo que acompanhe o processo de ensino aprendizagem. Esta planilha sistematiza os resultados alcançados e possibilita a identificação das falhas do processo, norteando os pontos específicos de intervenção. Apresenta-se aqui um modelo de planilha, mas a Unidade Educacional tem a liberdade de adotar seu próprio documento, só aconselha-se que não seja usado pesos, para que não se corra o risco de privilegiar certos instrumentos avaliativos (prova/teste) em detrimento de outros. (PROPOSTA..., 2011, p. 6).

Porém, uma avaliação dos resultados, observando as possíveis falhas, não poderá ser evitada.

[...] os resultados dos alunos devem ser analisados pelo professor e coordenador pedagógico, de modo a estabelecer os pontos específicos de intervenção, visto que uma recuperação genérica, que não leve em consideração a dificuldade específica do educando, não possui validade no que se refere ao aprendizado do mesmo. A avaliação possibilita alguns questionamentos: “Por que o meu aluno não aprende?” “São apenas pelos fatores externos?” “O que ensino e como ensino é significativo?”. E tais questionamentos precisam de respostas, para que o processo de ensino aprendizagem efetivamente ocorra. (PROPOSTA..., 2011, p.6).

Uma das expectativas da proposta apresentada é que o objetivo da avaliação seja resgatado, que o processo de aprendizagem seja acompanhado de forma contínua e a aprendizagem seja efetiva.

Existe um esforço para que se reconsidere o processo avaliativo, de modo que se perceba que a avaliação está diretamente ligada à prática pedagógica. Isso se constata ao observarmos que existe uma proposta para que rotina da aula seja modificada. O documento aponta falhas na forma de avaliação tradicional e apresenta os benefícios com a implementação desta proposta de avaliação, considerada inovadora.

O documento analisado e os autores que defendem a avaliação formativa assinalam a necessidade de promover transformações em todo o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo na prática e nos métodos de ensino, o que exige um trabalho árduo e contínuo, em equipe, entre alunos professores, pais e demais representantes da equipe pedagógica.

Para a mudança qualitativa do processo, é fundamental proporcionar principalmente aos alunos oportunidades de reflexão e análise, do início ao fim, dos objetivos aos resultados,

para que possam repensar suas falhas e sentir a necessidade de mudança, e procurarem sempre avançar, em busca do melhor. Por isso a importância do acompanhamento das aprendizagens dos educandos por meio da avaliação contínua, análise dos resultados e realização de intervenções para que se recupere aquilo que não tenha sido aprendido de forma satisfatória.

Como intervenção, destaca-se a importância da recuperação da aprendizagem. Acredita-se que “a cada elemento avaliado, se tenha o elemento recuperado” e que, assim, a nota também possa ser recuperada. Essa recuperação deverá levar em conta as especificidades de cada aluno, permitindo que sua dificuldade seja sanada e que se tenha uma aprendizagem significativa. O documento afirma sobre isso que,

Como a avaliação acompanha as aprendizagens e sabemos que estas ocorrem de maneira variada em cada sujeito presente na sala de aula, torna-se necessário que a cada elemento avaliado, também se tenha o elemento recuperado, para que a avaliação não recaia na punição, mas que o aluno tenha a oportunidade de rever o que foi ensinado e, conseqüentemente, recuperar a nota do critério aplicado. (PROPOSTA..., 2011, p.2).

A questão da recuperação chama atenção, podendo ser considerado um ponto contraditório no documento. A recuperação da nota é também um elemento visado, como se pode ler no trecho acima. Porém, mais adiante, o documento retifica o posicionamento.

A recuperação contínua deve, portanto, ser feita a partir de intervenções pedagógicas, a cada resultado negativo em um dos critérios, não devendo esperar o fim do bimestre para sua realização, para que se recupere a aprendizagem e não a nota. (PROPOSTA..., 2011, p.6).

Ora, se a avaliação precisa priorizar o qualitativo sobre o quantitativo, a recuperação não pode visar à recuperação de notas, mas da aprendizagem significativa e satisfatória. Como citado anteriormente, a avaliação formativa enfatiza o processo e não o produto. Concentrar todo esforço na recuperação da nota é concentrar no produto. É acreditar que a nota representa o resultado de uma aprendizagem e que isso seria suficiente para concluirmos o processo.

Desse modo, é preciso que fique claro o objetivo dessa proposta: não se trata de um procedimento que vise “dar chances” aos alunos para que eles tenham boa nota e nenhum aprendizado. Pelo contrário, é necessário que se instigue nos educandos e em seus responsáveis a responsabilidade nesse processo, para que consigam avançar no desenvolvimento cognitivo, tendo a nota como a consequência natural e não o fim. (PROPOSTA..., 2011, p. 4).

Outro ponto que merece destaque é a diversificação no uso dos instrumentos de avaliação. Porém, existe ainda uma vasta possibilidade de se ampliar essa lista. Quanto maior o número de instrumentos utilizados para avaliação, maior a chance de sucesso na aprendizagem, e mais justa ela será, podendo atender melhor às necessidades individuais e o ritmo com que cada um apreende o conhecimento.

No entanto, a avaliação não pode ser confundida com a diversificação dos instrumentos de avaliação, ou instrumentos de coleta de dados para avaliação como afirma Luckesi (2005), pois esses são meios que podem ser usados para finalidades diversas, até para não avaliar no sentido formativo. Não basta, pois, mudar os instrumentos de avaliação, é preciso mudar a concepção e o uso que se faz da avaliação, entendendo que a avaliação está vinculada às atividades rotineiras da sala de aula e com os objetivos da aprendizagem.

Se verificarmos o desempenho escolar do aluno pela avaliação contínua e cumulativa ao longo de todo o processo, se considerarmos a prevalência dos aspectos qualitativos e os resultados não apenas nas avaliações finais, estaremos bem mais próximos da garantia da aprendizagem e do sucesso escolar.

Pode-se afirmar que a proposta de avaliação apresentada aos profissionais da rede estadual de ensino procura atender ao que os autores que referenciam a avaliação formativa defendem. A avaliação formativa prevê e busca a aprendizagem do aluno como um todo; e o documento apresenta a necessidade de se relacionar os resultados desta aprendizagem com as práticas e métodos de ensino adotados e utilizados pelos professores, para, assim, se obter um diagnóstico mais preciso quanto às aprendizagens e os resultados insatisfatórios. Contudo é preciso destacar que o documento não faz referência a nenhum autor e a nenhuma teoria, deixando entrever vínculos com a epistemologia da prática.

Com tal abordagem, a proposta foi apresentada considerando a necessidade de corrigir erros e diminuir o fracasso escolar. Cumpre agora voltar a atenção para a prática escolar e avaliar como essa proposta se concretiza. Caberá investigar as reais possibilidades de sua materialização e qual inovação a proposta concretiza.

Considerações finais

A análise da proposta de avaliação para as escolas da rede estadual de ensino de Goiás permite perceber e afirmar que o conceito de avaliação formativa está claro e condizente com a literatura sobre o tema. Existe uma compreensão pelos elaboradores dessa proposta de que a

avaliação formativa traz benefícios significativos na aprendizagem escolar. Porém as orientações podem promover equívocos, tais como o referente ao papel da “nota”. Pode-se afirmar que ela ainda ocupa grande centralidade no processo. Isso pode ser atribuído, no extremo, à lógica adotada pelas políticas educacionais de valorização de resultados. Compreendemos que a nota é um indicador mal utilizado nas práticas avaliativas, sendo, na maioria das vezes, excludente, servindo para classificar os alunos como aptos e inaptos, bons e ruins, fortes e fracos, podendo levar a posturas discriminatórias.

Devemos considerar que a preocupação em se repensar a avaliação da aprendizagem já é um grande passo, o que abre possibilidades para pensarmos outras questões que estão a exigir mudanças. Porém, asseguramos que não basta afirmar concepções de caráter democrático e emancipador, é necessário viabilizar recursos e condições para sua real efetivação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

ESTADO DE GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. “**Resolução CEE N° 194, de 19 de agosto de 2005**”. Goiás, 2005.

HADJI, C. **A avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré- escola a universidade**. 17ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez Editora: São Paulo, Coleção Magistério 2º Grau Série Formando Professor, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Do ensinar à ensinagem. In: _____. **Docência na Universidade**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 203-243.

PROPOSTA DE AVALIAÇÃO FORMATIVA. Estado de Goiás, 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa>>. Acesso em: 14/06/2015 às 18h.